

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.709 - SP (2018/0320824-8)**

AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADOR : MÁRCIA FERREIRA COUTO E OUTRO(S) - SP093215  
AGRAVADO : USINA SÃO JOSÉ DA ESTIVA SA - AÇÚCAR E ÁLCOOL  
ADVOGADOS : MARCOS HÍDEO MOURA MATSUNAGA E OUTRO(S) -  
SP174341  
ARTUR BORDON SERPA - SP252751

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - ICMS - CREDITAMENTO - CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA DE MATERIAIS PARA FINS DE CREDITAMENTO DE ICMS - PROCESSO PRODUTIVO DO ETANOL E DO AÇÚCAR.

PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS OU MATERIAIS DE USO E CONSUMO DO ESTABELECIMENTO - Controvérsia acerca do enquadramento dos produtos creditados como de "uso comum" ou interno (ativo fixo), ou como produtos "intermediários e/ou secundários".

Pleito da embargante no sentido de desconstituir autuação pelo creditamento por ela procedido, haja vista que os produtos adquiridos não se classificam como de uso e consumo, mas efetivamente como produtos intermediários imprescindíveis para o seu processo fabril, utilizados integralmente no processo de fabricação.

PERÍCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA – NECESSIDADE - Matéria fática controvertida que demanda conhecimento técnico especializado para julgamento adequado da ação - Orientação do C. Superior Tribunal de Justiça pela necessidade da realização de perícia.

INSUMOS/PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS IMPRESCINDIBILIDADE PARA O PROCESSO DE FABRICAÇÃO – Perícia técnica que concluiu que 85 dos 88 itens creditados possuem natureza de insumo (produtos intermediários/secundários) por se tratarem de materiais consumidos durante o processo produtivo e que são imprescindíveis para o processo de fabricação e obtenção dos produtos finais: açúcar e álcool - Direito ao creditamento reconhecido.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - Art. 85, §§3º e 5º, do CPC/2015 - Forma escalonada do cálculo - Os honorários serão a soma de tantas parcelas quantas sejam as "faixas" pelas quais o valor da condenação ou do proveito econômico atravessar - Adequação da r. sentença para que se aplique a regra progressiva do art. 85, §3º e §5º, do CPC/2015, e fixar os honorários advocatícios no percentual mínimo da cada faixa do proveito econômico (valor atualizado da causa).

Reexame necessário e recurso de apelação da Fazenda do Estado de

São Paulo parcialmente provido.

Na origem, tratam-se de embargos à execução fiscal cujo valor da causa, em fevereiro de 2011, era de R\$ 1.802.921,48 (um milhão, oitocentos e dois mil, novecentos e vinte um reais e quarenta e oito centavos). Em sede de recurso especial a discussão cinge-se ao *quantum* arbitrado a título de honorários advocatícios sucumbenciais.

No presente recurso especial, o recorrente aponta violação ao art. 85 do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que o tribunal *a quo* não deveria ter estipulado a verba honorária em valor escalonado, uma vez que o valor da causa é elevado.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido com base no óbice da Súmula 7/STJ.

No presente agravo, a recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, nas causas em que a Fazenda Pública for litigante, os honorários advocatícios devem ser fixados observando-se os parâmetros estampados no art. 85, § 2º, *caput* e incisos I a IV, do CPC/2015 e com os percentuais delimitados no § 3º do referido artigo. Nesse sentido, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIDA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. EXTINÇÃO EM RELAÇÃO A UM SÓCIO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVEITO ECONÔMICO ESTIMÁVEL. LIMITES E CRITÉRIOS DOS §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 85 do CPC/2015. APLICABILIDADE.

1. A controvérsia diz respeito a matéria inerente ao proveito econômico a ser considerado na fixação dos honorários advocatícios pelo acolhimento de Exceção de Pré-executividade.

2. **O artigo 85 do CPC/2015 estabelece que, nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os percentuais delimitados no § 3º.** Assevera ainda o indigitado artigo em seu § 6º que os limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito.

3. No enfrentamento da matéria, o Tribunal de origem lançou os seguintes fundamentos (fls. 107-108, e-STJ, destaquei): "No presente caso, a quantificação dos honorários não tem relação direta com o valor da dívida, não se podendo utilizá-la como parâmetro para a condenação em honorários advocatícios. De fato, com relação à quantificação da verba honorária a cargo da União, o disposto no § 8º do artigo 85 do NCPC é de observância obrigatória.(...) Considerando que o § 8º do artigo 85 do NCPC remete aos parâmetros de seu parágrafo § 2º, tenho que, para a adequada mensuração dos honorários advocatícios, na presente hipótese, o proveito econômico deve observar a circunstância de que a exceção de pré-executividade somente reconheceu questão meramente processual (ilegitimidade passiva). O direito de crédito da Fazenda Nacional não foi discutido em seu aspecto substancial. Desta forma, a dívida não foi extinta, nem a execução fiscal, portanto, o proveito econômico, não pode partir da análise simplista de corresponder à integralidade do valor exequendo. (...) Contudo, considerando-se o valor da causa (R\$ 2.477.191,60), em especial, o trabalho despendido pelo procurador, que teve de opor exceção de pré-executividade, com base na qual se extinguiu o feito em relação ao sócio/agravante, tenho que a verba honorária deve ser majorada para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), corrigida pelo IPCA-E".

4. Verifica-se que a fixação, pelo Tribunal de origem, do valor dos honorários por apreciação equitativa, conforme determinado no § 8º do artigo 85 do CPC/2015, mostra-se inadequada.

5. Esclareça-se que, na hipótese dos autos, não se pode falar em valor da causa muito baixo, tampouco em inestimável ou irrisório proveito econômico. Com efeito, o próprio acórdão objurgado reconheceu a existência de proveito econômico, todavia não o mensurou nos termos estabelecidos pelos §§ 3º, 4º e 5º do artigo 85 do CPC/2015. Precedentes: REsp 1.657.288/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 2/10/2017; REsp 1.671.930/SC, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 30/6/2017.

6. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1.665.300/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017) (grifos não constam do texto original).

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL E INTERTEMPORAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973 E PUBLICADA JÁ QUANDO EM VIGOR O CPC/2015. NOVO ESTATUTO. OBSERVÂNCIA.**

1. No que diz respeito às causas em que for parte a Fazenda Pública, o art. 85, § 3º, I a V, do CPC/2015 estabeleceu critérios objetivos para a fixação dos honorários de sucumbência com base no valor da condenação ou do proveito econômico obtido na demanda, prevendo cinco faixas progressivas e escalonadas como parâmetro para tal apuração.

2. Apesar de a propositura da ação demarcar os limites da causalidade e os riscos de eventual sucumbência, o Superior Tribunal de Justiça elegeu a sentença - ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios - como marco para a incidência das regras do novo estatuto processual, notadamente em face da natureza jurídica híbrida do referido instituto (processual-material).

3. A despeito de ser possível a incidência dos honorários previstos nos art. 85, § 11, do CPC/2015, em sede recursal (Enunciado Administrativo n. 7 do STJ), os honorários de sucumbência deverão obedecer à legislação

vigente na data da sentença ou do acórdão que fixou a condenação, lembrando-se que a decisão produz todos os seus efeitos jurídicos somente após a sua publicação.

4. Hipótese em que a sentença foi proferida sob a égide do CPC/1973, sendo o decisum, contudo, publicado já na vigência no novo Código Processual, considerando-se as peculiaridades da contagem dos prazos no processo eletrônico (art. 5º da Lei n. 11.419/2006, c/c o art. 224 do CPC/2015).

5. Recurso especial provido para determinar que o Tribunal de origem reexamine o valor dos honorários de sucumbência, à luz do disposto no art. 85, § 3º e seguintes, do CPC/2015.

(REsp 1.644.846/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 31/8/2017).

O tribunal *a quo*, em consonância com referida jurisprudência, arbitrou os honorários *"para que se aplique a regra progressiva do art. 85, § 3º e §5º, do CPC/2015, e fixar os honorários advocatícios no percentual mínimo de cada faixa do proveito econômico (valor atualizado da causa), já considerados os honorários recursais, quantia que bem remunera o profissional e atende aos critérios estabelecidos nos incisos I a IV do §2º"* (fl. 875).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator